

PENSAR: DOIS ANOS DO 8/1

As consequências práticas do populismo: o 8 de janeiro



» DANIEL ABREU DE AZEVEDO
Professor de geografia política do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB)

Atordoados, catatônicos, surpresos. Não faltaram adjetivos para muitos dos brasileiros que assistiam ao evento do 8 de janeiro de 2023. Todos que eu conhecia tentavam entender o que estava ocorrendo e como chegamos a esse ponto. Essas são as duas grandes dúvidas sobre o tal dia que não podemos esquecer.

A primeira está longe de ser um consenso. Uma pesquisa Datafolha publicada em março de 2024 revelou que 30% dos brasileiros viram o momento como uma tentativa de golpe. Porcentagem que, obviamente, diminuía quando se considerava apenas os eleitores de Jair Bolsonaro e aumentava entre os que votaram em Lula. 65% interpretavam o 8 de janeiro apenas como um ato de vandalismo. No meio acadêmico, a maioria definiu aquele dia como um ato antidemocrático e uma tentativa de golpe de Estado. Porém, houve vozes dissonantes, que viam na ausência de armas e na falta de envolvimento direto de militares evidências mais próprias de uma rebelião violenta.

Se, por um lado, é verdade que a invasão aos Três Poderes foi diferente do que a história demonstra sobre golpes de Estado e, por isso, parece precipitado vê-la desse modo, por outro, um ataque àquela Praça não é um simples ato de

oposição. Como professor e pesquisador na área de geografia política da Universidade de Brasília (UnB), não consigo dissociar o que ocorreu de onde ocorreu. Isso significa dizer que a localização molda o evento, dando contornos distintos caso o “onde” fosse diferente. Uma cidade fundada para ser a capital de um país é um geossímbolo político. A Praça dos Três Poderes, cuidadosamente planejada com certos traços arquitetônicos, é um óbvio geossímbolo da democracia. Quando um espaço é um geossímbolo, um ataque nunca é um simples vandalismo a um edifício. É um ataque às suas ideias.

A destruição da Suprema Corte, do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto foi, sim, um ataque à democracia. Se não uma tentativa de golpe, foi um modo explícito de subtrair a importância das instituições do sistema político democrático, acreditando que a ação direta da violência é legítima ante a um contexto considerado injusto. As consequências da proliferação desse pensamento seriam desastrosas.

Porém, como chegamos a esse ponto? Essa segunda pergunta merece mais pesquisas. No entanto, há alguns direcionamentos possíveis de traçarmos. Fenômeno não tão comum antes de 2006, os mapas eleitorais a partir daquele ano revelam uma polarização crescente na sociedade brasileira, que já podia ser vista em escala nacional com recortes regionais claros. Porém, todo o turbilhão político-econômico que vivemos a partir de 2014 — crise econômica, corrupção e impeachment — reforçou o terreno para a ascensão de um populismo ainda mais perigoso do que aqueles que o Brasil conhecia.

A literatura acadêmica é bastante confusa na

definição de populismo, pois tem uma natureza transversal em todo o espectro ideológico e características distintas segundo o contexto. De um modo geral, é um discurso que divide a sociedade em duas forças sociopolíticas opostas, caracterizadas por um “povo” com valores superiores e uma “elite” (política, econômica, intelectual e/ou cultural) percebida como responsável pelo declínio institucional, financeiro e social e pela decadência moral do Estado. Em outras palavras, o reforço do binômio “nós x eles” é levado às suas últimas consequências. “Eles” se tornam a razão de uma desconfiança nas instituições democráticas, e alguém do “nós” passa a ser visto como uma liderança forte para corrigir a deturpação percebida. Os invasores da Praça dos Três Poderes tinham discursos salvacionistas evidentes, e a destruição do bem público era vista como um modo de nos resgatar. É daí que surge a violência populista — indivíduos agrides e depredam com o objetivo de manter o líder messiânico no poder.

O 8 de Janeiro de 2023 é mais do que uma vergonha nacional. Precisa ser visto como o ápice — até o momento — de um fenômeno que não cessa no Brasil e que vem se construindo, de diferentes modos e intensidades, ao longo de mais de duas décadas: a percepção da política como a arena entre amigos e inimigos, na qual o “eles” precisa ser derrotado e expurgado. O outro é visto como nocivo, e sua percepção de mundo como a razão dos males da nação. A política, como administração dos interesses dos diferentes, precisa ressurgir no país para que projetos de Estado sejam discutidos e levados adiante. Só assim, é possível pensar um Brasil a longo prazo.

Contragolpe no extremismo degenerado



» LEANDRO GRASS
Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), sociólogo, professor, mestre e gestor cultural

“Na arte, toleraremos apenas o que podemos ver e sentir como uma expressão do nosso próprio povo e de nossa época.” Essa frase foi proferida por Adolf Hitler durante a Convenção do Partido Nazista de 1937. Além da barbárie do Holocausto, o Terceiro Reich se notabilizou pelos crimes contra o patrimônio cultural. Foram inúmeros monumentos bombardeados durante a Segunda Guerra, queima de livros e, principalmente, a ação organizada de roubos e destruição de bens culturais, conhecida como pilhagem nazista. Seja para enriquecimento pessoal, financiamento do regime ou para simbolizar o domínio sobre outras culturas, os nazistas se orgulhavam da vandalização de obras, especialmente as modernas, às quais denominavam “arte degenerada”.

Há exatos dois anos, a cidade referência da arquitetura modernista e construída para ser o símbolo da democracia brasileira foi palco de uma ação terrorista semelhante ao modo nazista de tratar o patrimônio cultural. Gestada por dois meses a três quilômetros do Palácio do Buriti e com a omissão de quem deveria proteger Brasília, a tentativa de golpe fraturou nosso patrimônio e gerou indignação em todos nós que amamos essa cidade. Era como se estivessem entrando em nossa casa, roubando e destruindo o que é nosso com doses de ódio e crueldade. Cenas de terror.

Um dia antes, eu havia recebido a ligação da ministra Margareth Menezes e o convite para assumir a presidência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Após 15 anos de docência e quatro na Câmara Legislativa como deputado distrital, depois de ter sido candidato a governador do DF e ficado em segundo lugar, aceitei a responsabilidade de seguir contribuindo com a minha cidade e o meu país. O que eu jamais imaginei é que a primeira missão fosse dar uma resposta à “pilhagem” extremista.

No dia seguinte, junto aos servidores do Iphan e das instituições dos Três Poderes, iniciamos a recuperação. Em pouco tempo, ficou demonstrada a competência dos profissionais que se dedicam ao patrimônio cultural e nossa soberania nesse tema tão estratégico para o Brasil e nossa democracia. Poucas semanas depois do atentado, o Judiciário e o Legislativo iniciavam seus trabalhos, e o Palácio do Planalto já realizava solenidades abertas à população.

Hoje, dois anos após a maior tragédia da história de Brasília desde a ditadura militar e na semana em que Fernanda Torres ganhou o Globo de Ouro por sua atuação em *Ainda estou aqui*, finalizamos a última fase da recuperação dos danos provocados pelos golpistas da ultradireita brasileira. Em uma parceria do Iphan com a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e a Presidência da República, foram restauradas 20 obras do acervo do Palácio do Planalto, incluindo sete daquelas danificadas pelos golpistas. Entre elas, As Mulatas, de Di Cavalcanti. É a consolidação de um trabalho de 12 meses, realizado por conservadoras-restauradoras, professoras e estudantes que atuaram no Laboratório de Conservação (Lacorp), instalado no Palácio da Alvorada com o apoio do Iphan e da Presidência da República, por meio da Diretoria Curatorial dos Palácios Presidenciais e da Coordenação-Geral de Administração das Residências Oficiais.

Mas não bastava restaurar as obras. Precisávamos trabalhar para evitar que a barbárie se repetisse e plantar sementes de respeito ao país. Por isso, enquanto as peças eram tratadas, crianças de escolas públicas de Ceilândia, Planaltina e do Plano Piloto participaram de um belíssimo projeto de educação patrimonial em que tiveram a oportunidade de entender o que ocorreu em 8 de janeiro, conhecer as obras e seus autores e produzir réplicas em sala de aula. No mesmo período, inauguramos a exposição *Democracia restaurada*, na sede do Iphan, com fotografias e textos sobre o restauro das obras, a qual recebeu centenas de visitantes. Por fim, hoje será lançado o livro *Restauração: democracia, preservação e memória*, que eterniza e conta detalhes desse belíssimo projeto.

Devolver ao povo brasileiro o seu patrimônio cultural vandalizado e devidamente recuperado representa mais do que uma tarefa institucional. É algo que nos enche de emoção e gera esperança em nossos corações. Trata-se de semear o futuro e inspirar as gerações que estão por vir com um testemunho de verdadeiro patriotismo. Com isso, demos um contragolpe no crime, no desprezo pela cultura e em quem flerta com a violência. Isso tudo com requintes de afeto pela democracia, pelo patrimônio cultural e pela nossa capital. Com felicidade, hoje celebramos mais uma derrota do extremismo degenerado. Vitória do povo brasileiro.



É preciso dar um jeito, meu amigo



» ARTHUR MELLO
Coordenador de advocacy do Pacto Pela Democracia

Quando Eduardo Bolsonaro, o “03” de Jair, disse em uma palestra que, para fechar o STF, você precisaria de “um cabo e um soldado”, não estava fazendo provocação. Na realidade, estava seguindo um costume de família que consiste em divulgar seus planos autoritários aos quatro ventos. Curiosamente, quatro anos depois a democracia mostrou que mesmo com capitão, tenente-coronel e general quatro estrelas não conseguiram abolir o Estado Democrático de Direito.

O que aconteceu há exatamente dois anos, na tarde do dia 8 de janeiro de 2023, foi o resultado de um longo período de descredibilização das instituições brasileiras. Os articuladores intelectuais, por mais que esse nome possa parecer um oxímoro, dadas as evidências que temos conhecimento, estavam há anos dentro da estrutura do Estado com a clara intenção de corroê-la por dentro. Em um jantar em Washington com a ilustre presença do astrólogo Olavo de Carvalho, o ex-presidente disse que seria necessário primeiro “desconstruir muita coisa” antes de avançar com seus projetos. E, de fato, foi o que tentaram fazer: sequestrando ideologicamente as forças de segurança, degenerando o debate público, estimulando o desequilíbrio entre os poderes e perseguindo as organizações da sociedade civil.

O que percebemos é que um golpe de Estado não aconteceu por uma mistura de articulação do campo democrático, falta de apoio em setores estratégicos e sorte. Essa situação não pode se repetir — ainda mais em um país que apresenta uma queda significativa no número de pessoas que continuam acreditando que democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo, segundo pesquisa Datafolha.

Concomitantemente, vemos um Poder Legislativo que, ao que parece, esqueceu que teve a própria existência ameaçada há cerca de dois anos. Na contramão do bom senso, esse poder decidiu debruçar-se sobre questões que passam ao largo das demandas de um país que leva sua democracia a sério, como a preservação do orçamento secreto, a anistia aos golpistas que tentaram destruir aquele parlamento e uma proposta de voto impresso que, na prática, inviabilizaria o trabalho da Justiça Eleitoral para as eleições de 2026.

Desde a posse do presidente Lula, o grito de “sem anistia” é ecoado em diversos eventos. Com o sucesso retumbante do filme *Ainda estou aqui*, dirigido por Walter Salles, os debates sobre memória, verdade e justiça se intensificaram na opinião pública. Há um passado — para as gerações mais novas, intangível — que se faz presente não só nas telas do cinema, mas também nas páginas dos jornais. Engana-se quem argumenta que a busca por justiça e reparação seria remoer o passado — o ethos autoritário nunca esteve tão presente. Ou melhor, ele ainda está aqui.

Após um ano em que o termo “reformas estruturantes” virou o chavão de toda a classe política, a sociedade civil se mobilizou para criar a própria agenda, mas, desta vez, focada

em mecanismos de defesa do Estado Democrático de Direito. Como diz a música de Erasmo, que serviu de trilha sonora para o filme de Salles, “não vou ficar calado / no conforto, acomodado / como tantos por aí”.

Em um processo que envolveu a ampla discussão entre diferentes atores da sociedade civil, especialistas e a academia, o Pacto pela Democracia lança hoje a Agenda Democracia Forte. São oito pilares e 38 diretrizes para o fortalecimento do nosso sistema democrático.

Essa agenda abrange desde a crucial necessidade de investir em educação cidadã e combater as redes internacionais de autoritarismo até a urgência de despolitizar as forças de segurança, qualificar o debate público, garantir a responsabilização por crimes contra a democracia e fortalecer o equilíbrio entre os poderes. São ações concretas para blindar nossa democracia contra novas investidas autoritárias, colocando no papel compromissos que, até agora, ficaram nas palavras.

A sociedade civil se coloca na vanguarda, e essa agenda se faz necessária, uma vez que pouco é discutido quanto às ações efetivas para defesa do Estado Democrático de Direito. Se antes tratamos de um diagnóstico, agora temos a vacina.

Na mesma música de Erasmo, ele diz que “descansar não adianta / quando a gente se levanta / quanto coisa aconteceu”. Não descansaremos. O país urge por medidas de combate a qualquer tipo de autoritarismo, feitas com ampla discussão com a sociedade civil e que venham na esteira de um movimento de memória.

Os desafios estão postos e as diretrizes, também. Agora, é preciso dar um jeito, meu amigo.